

CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO REF.ª Nº45_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

TÉCNICAS DE CONTENTORIZAÇÃO, LDA

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.





CONTRATO REF.ª N.º 45_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

E

TÉCNICAS DE CONTENTORIZAÇÃO, LDA, com sede social no Parque Industrial Quinta das Rebeles LT 20-ARM.2-H Palhais, Distrito de Setúbal, concelho de Barreiro, freguesia de Palhais e Coína 2830 501 Palhais, detentora do Capital Social de 124.700,00 (Cento e vinte e quatro mil e setecentos euros), NIF Nº 502414111, Matriculada na Conservatória dos Registos, Comercial de Barreiro sob o Nº 1230/19900718, legitimamente representada este ato pelo Gerente Eng.º **Lino Miguel Ferreira da Costa**, titular do NIF: 220683417, residente em Odívelas, Rua Alexandre Herculano, n.º 35, 1.º esquerdo 2675 – 276, e Dr. **António Carlos Pinto Ramos**, titular do NIF: 188776877, residente em Barreiro, Avenida Henrique Galvão, n.º 5, R/C 2830- 308, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o concurso restrito nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 30º do Código da Contratação Pública;
- b) A minuta do contrato de fornecimento foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;


Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

- 1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela Segunda Outorgante de **Boias de Sinalização Marítima e acessórios, incluindo Correntes, Manilhas, Esticador, Sapatilho e Cabo de Polietileno** de acordo com a Proposta Técnica e Financeira apresentada com a referência orçamento nº 22265 Rev.01 datada de 23 de agosto de 2022 em conformidade com o disposto no **Anexo I** do presente contrato.
- 2. O contrato é composto pelo presente clausulado contratual e seu anexo.
- 3. O presente contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - (a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - (b) A proposta adjudicada, e
 - (c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Segunda Outorgante.

Cláusula 2.ª
(Regime)

- 1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.



2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer as Boias de Sinalização Marítima e acessórios descritos na cláusula anterior, pelo valor indicado na Clausula 3ª, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3.ª
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pelo fornecimento das Boias de Sinalização Marítima e acessórios a que alude a Cláusula 1.ª é de 39.207,00 Euros (trinta e nove mil, duzentos e sete euros), incoterms EX WORKS.
2. Pelo fornecimento das Boias de Sinalização Marítima e acessório objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente contrato e demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante deve à Segunda Outorgante o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, isento de quaisquer impostos.
3. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta:
 - a) Entidade Bancária: Banco Comercial Português
 - ✓ IBAN: PT50 0033 0000 0017 3176 235 05
 - ✓ Swift: BCOMPTPL

Cláusula 4.ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A quantia devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos da cláusula anterior, será liquidada;
 - a) Com a assinatura do presente contrato/adjudicação será efetuado o adiantamento de 75% (setenta e cinco) por cento no montante de 29.405,00 euros (quatro mil e cem euros);
 - b) Com o levantamento das Mercadorias (Boias e seus acessórios) na sede da Primeira Outorgante será liquidado os restantes 25% (vinte e

cinco) por cento no valor 9 802,00 euros (nove mil e oitocentos e dois euros);

2. O cumprimento do número anterior pela Primeira Outorgante, far-se-á mediante apresentação, do Certificado de Residência Fiscal da Segunda Outorgante, fazendo prova da sua residência para efeitos fiscais.
3. A Segunda Outorgante emitirá a fatura em nome da Primeira Outorgante, sendo esta enviada para a ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. Nº 82 – S. Vicente.
4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da receção da respetiva fatura.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta atrás indicada pela Segunda Outorgante.
6. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 3 (três) dias após a receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. A Primeira Outorgante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender o pagamento acima referido, se a Segunda Outorgante não cumprir as suas obrigações contratuais.
8. A fatura poderá revestir a forma eletrónica, caso em que deverá ser remetida à Primeira Outorgante através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, para o endereço concursos.procurement@enapor.cv

Cláusula 5.^a
(Prazos e Local de Entrega)

1. A Segunda Outorgante entregará as Boias de Sinalização Marítima e acessórios nas instalações da Segunda Outorgante, que ficam situadas no Barreiro, Portugal.
2. A Segunda Outorgante fará a entrega no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do presente contrato.

3. A Segunda Outorgante fica obrigada a cumprir o prazo determinado no presente contrato.
4. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a segunda Outorgante, logo que dele tenha conhecimento, requerer à Primeira Outorgante que lhe seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo, fundamentando adequadamente o pedido.

Clausula 6.^a
(Penalidades Contratuais)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos contratuais legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
3. O valor da multa é calculado da seguinte forma:
 - i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 05 (cinco) dias;
 - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
 - a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
 - b) Antes da aplicação de qualquer penalidade a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita.

4. A cobrança das eventuais sanções à Segunda Outorgante será feita através de desconto no pagamento em verificando-se o fato que tenha dado origem à penalidade.
5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 7.^a
(Dever de boa execução)

1. A entrega dos bens objeto do presente contrato, deverá ser feita acompanhada dos respetivos certificados de qualidade.
2. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da citada atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

Cláusula 8.^a
(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do presente contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco)

dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo;

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar à Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do presente contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 9.^a

(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nas cláusulas contratuais do presente contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações:

- a) Fornecer os bens compreendidos no presente contrato, em conformidade com o disposto na proposta referida no n.º 1 da cláusula 1.^a.
- b) Respeitar toda legislação que lhe seja aplicável;
- c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- d) Informar, de imediato, a Primeira Outorgante de quaisquer fatos que tenham conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- e) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento no prazo máximo de 3 (três) dias;

- f) Proceder ao pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do presente contrato;
- g) Garantir assistência na reparação e substituição de qualquer peça/material, que se revelar em estado de degradação durante o período de garantia conferido pelo fabricante, sem quaisquer encargos para a Primeira Outorgante.

Cláusula 10.^a
(Verificação e aceitação dos bens)

1. Realizada a entrega dos bens objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a uma inspeção qualitativa e quantitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de inspeção, a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.
3. Findo o prazo de 30 (trinta) dias da entrega, em caso de silêncio da Primeira Outorgante, os equipamentos consideram-se aceites, ocorrendo a transferência da posse da propriedade para a Primeira Outorgante, bem como do respetivo risco de deterioração ou perecimento, sem prejuízo das obrigações de garantia e assistência técnica que impendem sobre a Segunda.
4. No caso de a inspeção, referida no número um da presente cláusula, não comprovar a total funcionalidade dos bens cujo fornecimento constitui objeto do presente contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante, por si ou através de terceiro designado para o efeito, deve disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.
5. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às reparações ou

substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.

6. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para proceder à substituição dos bens em caso de rejeição.
7. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas durante a entrega, que não impliquem a rejeição dos bens.
8. Os encargos com a inspeção dos bens, devidamente comprovados, são da responsabilidade exclusiva da Segunda Outorgante.
9. A rejeição de um ou outro bem nos termos da presente cláusula, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.
10. A rejeição de um ou outro bem por parte da Primeira Outorgante, confere-lhe o direito a ser indemnizado pelos custos incorridos e prejuízos sofridos, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.

Cláusula 11.ª **(Ato de entrega)**

A entrega das Boias de Sinalização Marítima e acessórios é sempre acompanhada de guia de remessa/auto de receção da qual constam, designadamente:

- a) a data da entrega;
- b) a identificação da Segunda Outorgante;
- c) a identificação da Primeira Outorgante;
- d) a data da confirmação da adjudicação/encomenda pela Primeira Outorgante;
- e) a designação/referência do contrato no âmbito do qual é realizado o fornecimento;
- f) a identificação dos bens suas referências e
- g) o preço de venda previsto no contrato;

Cláusula 12.^a
(Duração/ Garantia)

1. O contrato manter-se-á em vigor desde a data da sua assinatura, até ao integral cumprimento de todas as suas prestações, que se estima que ocorra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os bens objeto do presente contrato, terão uma garantia de 12 (doze) meses, nos termos previstos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, contados da data da sua aceitação.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.
4. Em caso de anomalia detetada nos bens objeto do presente fornecimento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de indemnização dos honorários devidos, se a anomalia resultar de fato não imputável à Segunda Outorgante.
5. Caso se verifiquem quaisquer anomalias nos bens fornecidos durante o período de garantia, a Segunda Outorgante obriga-se a substituí-los por novos, não aceitando a Primeira Outorgante eventuais tentativas de recuperação.

Cláusula 13.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;

- c) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite;
- d) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- e) Se a entrega dos bens compreendidos no presente contrato se atrasar por um período superior a 90 (noventa) dias da data inicialmente prevista.

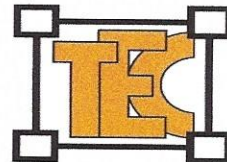
Cláusula 14.^a
(Efeitos da resolução)

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a
(Resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante, por período superior a 30 (trinta) dias;
- d) O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
- e) Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira



Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Segunda Outorgante por fato imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento);
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se, para tanto, existir fundamento.

Cláusula 17.^a

(Notificações/Comunicações)

1. As comunicações entre as partes serão feitas por escrito e apenas serão consideradas efetuadas através dos endereços, números de telefone e fax seguintes:

Primeira Outorgante:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

Avenida Marginal, C.P. n.º 82, São Vicente - Cabo Verde

Tel.: +238 230 75 00

E_mail: concursos.procurement@enapor.cv

Segunda Outorgante:

TÉCNICAS DE CONTENTORIZAÇÃO, LDA

Loteamento Industrial Quinta das Rebelas, Lote 20, Armz. 2-H – Palhais,
2830-222 Barreiro – Portugal

Tel: +351 21 214 84 90

Email: geral@tec-portugal.pt

2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior, considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações protocoladas ou mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo protocolo ou aviso.
4. Qualquer alteração das informações de contacto de cada uma das partes, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 18.^a
(Resolução de Litígios)

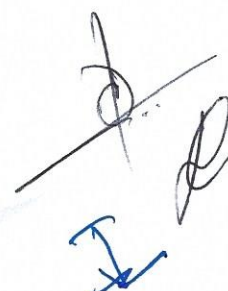
1. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal da Comarca de São Vicente, com expressa renúncia qualquer outro.

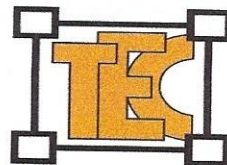
Cláusula 19.^a
(Contagem dos Prazos)

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 20.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil.





As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 16 (dezassex) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrante o **Anexo I** identificado e, que são rubricados pelas partes.

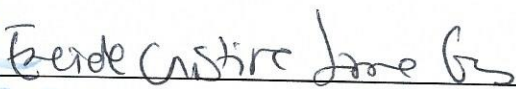
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 20 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

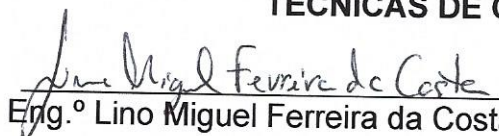
ENAPOR, SA

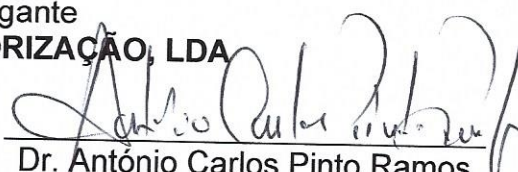

Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dra.º Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante

TECNICAS DE CONTENTORIZAÇÃO, LDA


Eng.º Lino Miguel Ferreira da Costa
Gerente


Dr. António Carlos Pinto Ramos
Gerente

ANEXO I

ITEM	COD.TEC	DESC.	QTDE	PREÇO UNIT.	TOTAL LINHA
1		Bóias de Sinalização Pequenas (Bombordo - Cor Vermelho / Estibordo - Cor Verde)	110	71,15 €	7 826,50 €
2		Bóias de Sinalização Grandes (Bombordo - Cor Vermelho / Estibordo - Cor Verde)	10	427,64 €	4 276,40 €
3		Corrente Galvanizada, diametro 14 mm, com pontas livres (sem acessórios) / Metro	1250	17,99 €	22 487,50 €
4		Manilha de Ferradura Galvanizada, 5/8" com Perno de olhar Roscado	120	2,60 €	312,00 €
5		Manilha de Ferradura Galvanizada, 1/2" com Perno de olhar Roscado	390	1,90 €	741,00 €
6		Esticador Tubular Galvanizado M22 Olhal-Olhal	130	16,90 €	2 197,00 €
7		Sapatilho Zincado para cabo de 16 mm	390	1,35 €	526,50 €
8		Cabo de Polietileno, diametro 16 mm, 3 Cordões, Torcido, em Rolo de 220 metros.	5	168,00 €	840,00 €
TOTAL S/ IVA					39 206,90 €

